

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 520.738 - SP (2019/0201925-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : GILMAR ZACCHIO
IMPETRANTE : VICTOR HUGO KARIN SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DEIVID TIAGO VIANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em benefício de DEIVID TIAGO VIANA contra suposto ato do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática de crimes de associação criminosa e tráfico de drogas. O recurso de apelação interposto pela defesa restou parcialmente provido nos termos do acórdão de fls. 14/29.

Nos presentes autos, em confusa petição manuscrita, os impetrantes requerem a absolvição do paciente, ao que parece, em razão da ilegalidade da interceptação telefônica.

Por se tratar de impetrantes leigos, foi encaminhada cópia dos autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo que requereu a concessão da ordem nos termos da inicial ou o encaminhamento da petição ao TJSP para formação de expediente de revisão criminal.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*, com a baixa dos autos ao TJSP para "*se possível, formação de expediente de revisão criminal em favor do mesmo, caso já ocorrido o trânsito em julgado, com oportuna abertura de vista à Defensoria Pública local para oferecimento de razões*" conforme parecer de fls. 174/176.

É o relatório.

Decido.

Não há como conhecer do pedido como deduzido, uma vez que a referida providência demanda o reexame aprofundado de todo conjunto fático-probatório, o que sabidamente é incompatível com os estreitos limites da via estreita.

Superior Tribunal de Justiça

Diante da confusa petição inicial, da qual mal se compreende o pedido, deixo de atender o requerimento da Defensoria e do Ministério Público Federal para encaminhar os autos ao TJSP para processamento como revisão criminal.

Contudo, determino o encaminhamento de cópia dos autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo para que, dentro de suas atribuições legais, verifique a possibilidade e necessidade de ajuizamento da revisional.

Ante o exposto, com base no art. 34, XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

